

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Boletim Mensal do Instituto de Economia Agrícola

Vol. 19

Nº 07

Julho/89

9 SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

ARTIGO TÉCNICO

- 23 Política Agrícola e Agroindústria

ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS

- 33 Preços Médios Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo
39 Preços Médios Recebidos pelos Fruticultores, Estado de São Paulo
41 Preços Médios Recebidos pelos Olericultores, Estado de São Paulo
43 Preços Médios de Venda no Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo
46 Composição dos Grupos de Produtos para Publicação dos Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo
47 Preços Médios Mensais no Varejo, Cidade de São Paulo
55 Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo
56 Preços Médios Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo
60 Índices Mensais de Preços Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo
62 Participação dos Produtos no Índice Mensal de Preços Recebidos pelos Agricultores e Variação Relativa ao Mês Anterior, Estado de São Paulo
63 Índices Mensais de Preços Pagos na Agricultura Paulista
65 Variação Percentual dos Índices de Preços Recebidos e Pagos na Agricultura Paulista
66 Índices Mensais de Paridade, Estado de São Paulo
67 Preço Médio Observado no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Maio de 1989
68 Cotação Média de Fechamento para Entrega Futura na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Maio de 1989
69 Número de Contratos Negociados a Termo na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Maio de 1989
70 Número de Contratos em Aberto no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Maio de 1989
71 Preço Médio Observado no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Junho de 1989
72 Cotação Média de Fechamento para Entrega Futura na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Junho de 1989
73 Número de Contratos Negociados a Termo na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Junho de 1989
74 Número de Contratos em Aberto no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, Junho de 1989
75 Dados Climáticos, Maio de 1989
77 Dados Climáticos, Junho de 1989



ARTIGOS
TÉCNICOS

Antonio Ambrósio Amaro(2)

A modernização da agricultura, o crescimento econômico e urbano do País, as mudanças sociais e de hábitos de consumo e a diversificação da pauta das exportações têm tornado a agricultura brasileira mais intensamente integrada aos demais setores econômicos e exposta às medidas de política macroeconômica.

A identificação e melhor compreensão das transformações econômicas, políticas e sociais na agroindústria podem contribuir para orientar o grau de intervenção necessária do Estado, de modo a não substituir o papel desempenhado pelo sistema de preços.

Evidentemente uma apreciação da agroindústria deve ser vista num quadro maior da evolução da agricultura, cujas transformações ocorreram durante os saltos de industrialização na economia brasileira nos períodos 1956-1961 e de 1967 até 1980. Nesse panorama geral, podem ser apontados alguns tópicos, sem a preocupação de ordená-los pela importância de seus efeitos:

- o crédito rural subsidiado foi vinculado à compra de máquinas e equipamentos e ao uso de determinados insumos de origem industrial para a produção agrícola, garantindo, via crédito, a expansão do mercado interno desses produtos;

- foram abertas linhas especiais de crédito para a modernização da agroindústria, que, juntamente com incentivos fiscais, fortaleceram a tendência à monocultura, intensificando o êxodo rural-urbano e a sazonalidade do emprego agrícola. Conseqüentemente, os processos de abastecimento na periferia dos centros urbanos sofreram significativas alterações tanto de ordem quantitativa como qualitativa;

- a propriedade da terra, por servir de garantia à obtenção de crédito, deu maiores vantagens comparativas aos grandes e médios proprietários no acesso e na apropriação de subsídios, deslocando parceiros e arrendatários;

- o crédito à comercialização, concedido em grande parte pela política de preços mínimos, foi apropriado por agroindústrias e cooperativas, passando a constituir-se em incentivo para a integração vertical e até mesmo para intensificar oligopólios.

- não raramente, o crédito agrícola subsidiado só era liberado com a garantia de absorção da produção expressa por parte de alguma indústria, criando-se vínculos de fornecimento e relação de dependência.

Tais condições, contudo, podem ser consideradas de fundamental importância para a implantação com sucesso da agroindústria, na medida em que propiciaram a integração dos interesses de ambas as partes, visto que na agricultura de mercado a crescente especialização aumenta a interdependência entre os vários segmentos, ou seja, um depende do outro para sua sobrevivência e desenvolvimento.

De outra parte, o resultado para os produtores, geograficamente atomizados e sem contar com efetiva organização, tem um significado muito preciso: menor capacidade de influenciar os preços, tanto aqueles que compõem seus custos diretos e financeiros, quanto os de venda de seus produtos.

A análise de alguns subsetores da indústria de alimentos permite perceber que o setor não só cresceu como se modernizou, apesar de ter enfrentado problemas tais como as oscilações de

(1) Este texto foi originalmente preparado e apresentado no Simpósio "LIBERALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA", realizado em Águas de São Pedro, São Paulo, em 22 de fevereiro de 1986, por iniciativa do INSTITUTO TANCREDO NEVES (BR) e FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN (RFA). O autor agradece os comentários do Dr. Ivan Wedekin e Dr. Décio Zylberztajn (Agricultores).

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

preços e de disponibilidade de matéria-prima decorrentes das quebras de safra, deficiências da infraestrutura de transporte e armazenagem e ingerências governamentais. Ao longo da década de 70 houve uma modificação substancial na indústria de alimentos, com redução na participação dos sub-setores tradicionais (beneficiamento e moagem de cereais e abate de bovinos), que em 1980 ainda respondiam por mais de 40% do valor da produção setorial, em favor de produtos mais sofisticados tais como laticínios, conservas e sucos de frutas e de legumes e condimentos.

Ao controlar, por longo período, os preços dos produtos de mais largo consumo, tais como leite *in natura*, carne fresca, extrato de tomate e queijos de tipos mais populares, o Conselho Interministerial de Preço (CIP) provavelmente incentivou a indústria a procurar produtos mais sofisticados, destinados a um público mais restrito porém de renda mais elevada, sobre os quais o controle não se fazia sentir.

Esse comportamento merece estudo especial, uma vez que será importante detectar até que ponto uma política de controle de preços do produto final não colocou em risco o abastecimento de produtos às populações de renda mais baixa, em favor daquelas mais favorecidas. O setor de laticínios, com baixo índice de atualização tecnológica em relação ao dos países desenvolvidos, constituiu-se em bom exemplo: dada sua versatilidade, a destinação do leite fluido pode variar rapidamente dependendo das condições de preços; sendo assim, não raro houve falta de leite *in natura* tipo C à população, paralelamente ao aumento na disponibilidade de leite B e de derivados de leite. É provável que o mesmo tenha ocorrido com extrato de tomate, produto de amplo consumo nas classes de renda mais baixa, cujo preço também era controlado. Surgiu então grande variedade de novos produtos derivados do tomate, que não ficaram sob controle do CIP.

A política de controle de preços da matéria-prima, não raramente, chegou a desarticular sua produção e encarecer o produto industrializado. Um bom exemplo é o subsetor de carne bovina: no afã de manter baixo o preço do produto ao consumidor, o Governo acabou desarticulando a produção, tendo que, freqüentemente, recorrer a importações para reduzir a capacidade ociosa das empresas. Uma análise dos preços reais da carne bovina certamente mostrará sua elevação em que pesem todas as políticas de tabelamento. Já a avicultura, com grande expansão da integração por contrato e fora de controle de preços, mostrou "performance" excelente na década de 70, com redução no preço real de frango e de ovos, devido ao aumento da produtividade do setor.

Conquanto a indústria brasileira de alimentação esteja, basicamente, voltada ao mercado interno, as condições do mercado externo, a despeito do crescente protecionismo dos EUA e países da CEE, também têm contribuído para alterar o peso dos diferentes subsetores dentro da indústria de alimentos. A expansão da produção de sucos cítricos deve-se à possibilidade de colocação de 90% do produto no mercado externo, o mesmo ocorrendo com o subsetor de café solúvel. O setor de óleos expandiu-se em grande parte devido às exportações, especialmente de soja e derivados. A avicultura sofreu grandes alterações e tem grandes possibilidades de colocação de excedentes de produção no mercado internacional.

A forma de apresentação dos produtos também sofreu alterações na década de 70. De fato, os sistemas de embalar e as embalagens sofreram modificações radicais. Um exemplo bem evidente é dado pelo subsetor de laticínios, onde as embalagens não retornáveis individuais tomaram conta do mercado. Mesmo no subsetor de embutidos, no qual não apareceram grandes novidades em termos de produtos, houve grande modificação no sistema de embalagem a vácuo. Até o subsetor de café torrado e moído, dos mais antigos dentro da indústria de alimentos, está modificando o processo e a embalagem utilizada, de forma a preservar por até seis meses o produto que antes estava próprio para o consumo apenas durante dez a quinze dias após a torrefação.

Mesmo contando com ampla participação de fábricas com até 500 empregados, outra alteração que vem ocorrendo na indústria de alimentos é a escala de produção. As unidades maiores tendem a se firmar e se expandir em detrimento das pequenas, em função de vários fatores. Um deles é a própria legislação referente a alguns subsetores: são exemplos os regulamentos para as indústrias processadoras de carne, pois somente empresas de médio e grande portes estão habilitadas a fazer os investimentos necessários.

Fatores tecnológicos, comumente, concorrem para tal concentração: na indústria de óleo de soja, a extração por solvente é o processo mais eficiente, pois, além de extrair maior porcentagem de óleo do que no processo de prensagem, utiliza menos mão-de-obra e menos energia elétrica, apresentando custo de produção bem mais baixo. No entanto, é um processo recomendável apenas às empresas de grande porte. No mercado de biscoitos, as empresas maiores tendem a crescer ainda mais porque, graças aos novos processos de embalagem e às economias de escala, conseguem atingir o mercado nacional ou muitos mercados regionais, anteriormente abastecidos pelos fabricantes locais. No subsetor de café torrado e moído, esta concentração, devido à inovação tecnológica, está também ocorrendo e a velocidade com que será efetuada dependerá da presença do Instituto Brasileiro do Café (IBC) no mercado como fornecedor de matéria-prima, o que tem permitido que as pequenas empresas obtenham matéria-prima a um preço igual ao das grandes indústrias.

Vem contribuindo, ainda, para a concentração da produção as dificuldades de venda. A competição pelos pontos de venda é acirrada e um lugar nas prateleiras dos supermercados depende muito mais da agressividade do fabricante e de seu poder de barganha, característica que mantém estreita relação com o tamanho da empresa, iniciando-se um círculo vicioso: por colocarem ou mesmo por conseguirem melhores pontos de venda para seus produtos as grandes vendem mais e por esta razão produzem cada vez mais. Um exemplo é o setor de queijos, que vem deixando de ser produzido por pequenas empresas para ser fabricado em escala crescente por grandes empresas.

Paralelamente, o sistema de distribuição de produtos alimentícios no Brasil vem sofrendo expressivas mudanças nos últimos vinte anos. No setor varejista, em particular, constata-se que está havendo crescente utilização do supermercado, exceto para produtos hortifrutícolas para os quais as feiras-livres detêm ainda a larga preferência dos consumidores. O mesmo pode ser dito quanto à aquisição de carnes e derivados, pois açougues e casas de carnes disputam com os supermercados os cruzados gastos pelas famílias paulistanas. Os dados do Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) da Fundação IBGE, referentes a 1975, permitem uma visualização mais abrangente em cada uma das Regiões do Brasil, tanto em áreas metropolitanas como urbanas do interior. Tomando-se como exemplo os volumes adquiridos de doces de frutas e extrato de tomate observa-se que a participação dos supermercados já era bastante expressiva, embora variável entre as diversas áreas (quadros 1 e 2).

Em resumo, nota-se que os alimentos industrializados ou processados são primordialmente adquiridos em supermercados, enquanto que os produtos frescos, como verduras, legumes, frutas e peixes, são adquiridos de preferência em feiras-livres ou no caso de carnes em estabelecimentos especializados. Fica de qualquer forma evidente a correlação entre industrialização de alimentos, modernização dos sistemas de comercialização e concentração no mercado varejista.

IMPLICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

As análises anteriores evidenciaram as principais mudanças que a agroindústria alimentícia vêm sofrendo, tanto no lado da disponibilidade de matérias-primas como no lado da demanda, em especial a do mercado interno onde os gastos com alimentação representam em média 25% da renda familiar (1 a 40 pisos salariais - IPCA). Esses fatores devem influir não apenas nos produtos a serem industrializados e nas quantidades demandadas, mas também na tecnologia a ser utilizada, na localização de empresas, na política de vendas, na formação de recursos humanos e até mesmo servir de subsídios na formulação de uma política setorial.

Aspecto essencial da relação indústria-agricultura é que ambas dependem da demanda de terceiros pelos seus produtos, de modo que, antes de dar prioridade a um ou outro segmento, é necessário determinar o equilíbrio entre eles, o que permitirá o desenvolvimento da agroindústria. A industrialização não é apenas um meio prático e racional de dar escoamento às safras de produtos agrícolas de tipos inferiores. O alimento industrializado é muito mais que um substituto do produto fresco, correspondendo a uma necessidade imperiosa de nossas condições de vida, onde o tempo pa-

QUADRO 1. - Preferência dos Consumidores por Equipamentos para Aquisição de Alimentos no Varejo, Cidade de São Paulo, 1971/72 e 1981/82

(em porcentagem de consumidores)

Equipamento ⁽¹⁾	Açougue		Empório		Feira-livre		Quitanda		Supermercado	
	1971/72	1981/82	1971/72	1981/82	1971/72	1981/82	1971/72	1981/82	1971/72	1981/82
Produção										
I - Arroz/feijão (pacote)	-	-	14	11	5	5	-	-	81	84
Pó de Café	-	-	48	15	13	1	-	-	38	84
II - Carne bovina	76	77	-	-	-	-	-	-	24	23
Carne de porco/Banha	76	73	-	-	-	-	-	-	24	27
Frango limpo	29	27	-	-	27	32	-	-	44	41
Ovo	-	-	22	8	48	26	4	5	26	61
III - Conservas	-	-	29	8	14	-	-	-	57	92
IV - Farinhas/Massas	-	-	32	10	13	4	-	-	55	86
V - Frutas	-	-	-	-	83	93	7	3	10	4
VI - Hortaliças	-	-	-	-	83	90	7	5	10	5
VII - Batata/Cebola	-	-	23	6	46	66	2	3	29	25
VIII - Laticínios	-	-	23	8	21	8	-	-	56	84
IX - Óleos	-	-	29	4	15	2	-	-	56	94

(¹) Outros equipamentos menos preferidos não foram considerados, fazendo-se o ajuste para 100% apenas para os cinco principais.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 1971/72 e 1981/82, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

QUADRO 2. - Locais de Compra de Doces de Frutas e Extrato de Tomate, Brasil, 1975

(em porcentagem do volume adquirido)

Região	Doce de frutas				Extrato de tomate			
	Supermercado	Feira	Armazéns	Outros	Supermercado	Feira	Armazéns	Outros
Área Metropolitana								
1. Rio de Janeiro	78	7	10	5	82	2	16	0
2. São Paulo	61	17	12	10	62	11	25	2
3. Curitiba	49	4	41	6	58	3	36	2
4. Porto Alegre	38	2	50	10	67	1	28	4
5. Belo Horizonte	46	12	34	8	41	2	52	5
6. Fortaleza	63	2	27	8	83	0	17	0
7. Recife	70	7	16	7	92	5	3	0
8. Salvador	83	6	6	5	94	2	2	2
Áreas Urbanas								
1. Rio de Janeiro	52	4	34	6	63	2	33	2
2. São Paulo	55	4	29	12	54	5	37	4
3. Paraná, Santa Catarina	42	6	41	11	54	2	42	2
4. Minas Gerais	39	10	43	8	31	0	67	2
5. Demais Estados	43	15	36	6	78	11	11	0

ra preparar comidas e refeições é cada vez menor.

Nesse sentido, sem procurar priorizar ou esgotar o tema, surgem algumas diretrizes e sugestões:

1) Produzir mais alimentos processados para consumo de massa no mercado brasileiro – o aumento da produção de alimentos básicos processados contribui, fundamentalmente, para dinamizar o setor agrícola, melhorar o nível nutricional da população e evitar impactos inflacionários, destacando-se que nas classes de renda com até 2 salários-mínimos as famílias despendem com alimentação 60% da renda.

Há que se lembrar que a primeira condição para o desenvolvimento industrial é a disponibilidade de matéria-prima em quantidade, qualidade e localização adequadas. Algumas das vantagens na instalação de agroindústrias nas regiões de produção agrícola são mais rendimentos e disponibilidade de matérias-primas de boa qualidade capazes de propiciar a obtenção de melhores produtos industrializados; transporte menos oneroso; aproveitamento dos resíduos e redução da poluição ambiental; oferecimento de maior estabilidade de preços ao produtor rural e a possibilidade de instalação de sistemas integrados de produção e industrialização. Esta condição se traduz na existência de uma agricultura eficiente, com altos índices de produtividade, que possa atender às necessidades da agroindústria e que apresente pouca dispersão geográfica. Tais condições são normalmente geradas pelo próprio mercado resultante do desenvolvimento agroindustrial.

Alguns estudiosos chamam a atenção para o fato de que programas de descentralização agroindustrial devem ser dirigidos a regiões com as seguintes características: condições de posse da terra bem definidas, predominância de propriedades de tamanho adequado, boa infra-estrutura, elevada capacidade empresarial, fácil acesso a tecnologias modernas e eficientes, proximidade de importantes centros consumidores, condições edafoclimáticas apropriadas à produção pretendida e a existência de experiência anterior bem-sucedida com a cultura do produto e com seu procedimento. A implantação de unidades agroindustriais oferece os seguintes benefícios regionais: desenvolvimento sócio-econômico do novo pólo pela implantação de outras atividades complementares para prestação de serviços de suporte às agroindústrias instaladas; maiores oportunidades de empregos e ajuda na promoção de um efetivo zoneamento agrícola.

Duas modalidades de intervenção do Estado podem contribuir para o incremento na quantidade de matéria-prima colocada à disposição da agroindústria: 1 – fixação de preços de garantia para produtos de ampla distribuição geográfica, como soja, milho e outros; 2 – contratos de venda e compra firmados entre indústrias e agricultores representados por suas entidades associativistas e baseados em preços ajustados com a interveniência do Estado, como no caso de tomate e algumas outras frutas (pêssego e goiaba, por exemplo), embora os mecanismos de controle sejam muito precários, para o caso de descumprimento desses contratos, lembrando-se ainda que oscilações de preços são inevitáveis.

Tais contratos constituem eficiente instrumento estabilizador de renda, propiciando ao agricultor certeza de mercado para seus produtos e à indústria maior garantia de disponibilidade de matéria-prima. Representam, além disso, instrumento indutor para o fomento da produção agrícola, notadamente em novas áreas, e veículo para a introdução de normas de qualidade, padrões de classificação ou mesmo de tratamentos culturais.

No que se refere ao incremento da produção de alimentos através da ampliação do parque agroindustrial, a existência de capacidade ociosa recomenda serem imprescindíveis projetos específicos para mostrar a viabilidade econômica de novos empreendimentos.

Constata-se, outrossim, que limitações ao crescimento da produção, em alguns setores, estão ligadas à demanda desses produtos, prejudicada pela inexistência de uma política de estímulo ao consumo interno, notadamente dos alimentos consumidos pelas classes de baixas rendas.

De outra parte, a crescente redução na oferta de mão-de-obra nos centros urbanos e a tendência de se encontrar, no Brasil, cada vez mais domicílios com um só morador exigem uma melhor conceituação do que se entende por produtos "sofisticados". Na verdade, a escassez relativa de mão-de-obra feminina para trabalhos domésticos deve levar a uma "explosão" da indústria de produ-

tos alimentícios pré-preparados, semi-elaborados ou supergelados – tendência que pode ser detectada nas vendas de congeladores domésticos (freezer). Essa é, aparentemente, uma transformação a ocorrer a médio prazo, lembrando-se que, segundo dados do IBGE de 1986, nas cidades se concentram 75% da população e que 47% dos brasileiros têm até 19 anos de idade, embora esteja aumentando a faixa dos que têm mais de 50 anos, influenciando nos hábitos de consumo.

No curto prazo é provável que as empresas se voltem a produtos menos sofisticados de custo de produção mais baixo, que atinjam uma faixa maior de consumidores.

Neste ponto, duas questões relevantes à indústria de alimentos podem ser levantadas: a primeira diz respeito ao custo da energia. Não se trata apenas de encontrar em cada empresa uma forma própria de economizar energia. Esta crise colocará questões mais profundas como quais produtos serão mais viáveis no futuro: produtos com pequeno grau de preparação? enlatados? congelados ou desidratados?. A segunda diz respeito ao porte das plantas industriais. Dado o elevado custo do transporte, é possível que seja mais razoável descentralizar a produção, construindo unidades menores e evitando o "passeio da mercadoria".

2) Desenvolvimento de recursos humanos – dada a complexidade do setor agroindustrial, com tecnologias e atividades econômicas bastante diversificadas, sofisticados processos de transformação, embalagem, transporte e armazenamento, fica clara a necessidade de uma diretriz visando ao desenvolvimento de recursos humanos, tanto no que concerne aos aspectos de tecnologia de produção quanto aos aspectos de gerenciamento ou administração. O desenvolvimento de recursos humanos em todos os níveis é a única forma de fixar e multiplicar tecnologias. Assim, ao lado de uma necessidade de direcionar esforços para uma crescente especialização técnica, é necessário desenvolver capacitações para melhor utilizar os recursos disponíveis.

Em conseqüência, deve-se considerar o desenvolvimento de programas de treinamento tecnológico gerencial para a pequena e média empresas agroindustriais.

3) Melhoria da participação do produtor nos dispêndios do consumidor e melhoria da transmissão de preços entre os diversos níveis de mercado – esses objetivos representam as necessidades de se assegurar melhores condições de concorrência por parte dos agricultores em relação aos comerciantes e industriais e de aumentar a eficiência das funções de comercialização, especialmente de transporte e armazenagem.

Entre os principais pontos a serem revistos, podem ser destacados: a) alterações no atual mecanismo de financiamento à comercialização da produção agrícola, melhorando o acesso dos produtores rurais às fontes de recursos; b) estabelecimento de regras claras e precisas, dando-se ênfase aos "regulamentos de comércio" e evitando-se a intervenção governamental, através de congelamentos ou de tabelamentos de preços; c) estímulo à armazenagem a nível dos produtores, em especial a construção de armazéns comunitários próximos às zonas de produção; d) implantação de um eficaz mercado de títulos de produtos agrícolas (compra e venda) para acompanhar o sistema de transporte e armazenagem; e) adoção mais freqüente de leilões de produtos agrícolas em locais de concentração da produção (silos e armazéns da CEAGESP, por exemplo); f) incentivo ao uso de "contratos de participação" para aquisição de matéria-prima pelas indústrias e que tenham por parâmetros condições do comércio (preços) na venda dos produtos finais, a exemplo do que ocorre na citricultura paulista, onde os atuais contratos para compra de laranja representam o maior avanço setorial observado na década de oitenta.